



Moção C (aprovada por maioria)

Lutar para Vencer

Após alguns (poucos) sinais positivos dados no início do seu mandato, o ME passou a ignorar sistematicamente todas as propostas da FENPROF, mantendo uma intransigência total – intransigência que nos obrigou à greve de 21 de Junho.

Em Setembro, e a propósito os problemas dos concursos, a situação manteve-se, com o ME a ignorar as propostas da FENPROF que permitiriam resolver o problema,

E, de Setembro para cá, a situação piorou, com o ME a adoptar uma posição de confronto deliberado com os Professores.

Recusando-se a corrigir a fraude que se consubstanciou na não vinculação de 713 colegas contratados.

Recusando-se a alterar as condições de aposentação.

Recusando-se a integrar todo o trabalho directo com alunos na componente lectiva.

Recusando-se a cumprir a LGT na vinculação dos Professores contratados.

Recusando-se a democratizar a gestão das Escolas.

Recusando-se a desistir da municipalização do Ensino Público.

Recusando-se a contar 9 anos, 4 meses e 2 dias de serviço efectivamente prestado pelos Professores.

Recusando-se, por último, a marcar qualquer reunião negocial com a FENPROF.

Esta atitude de arrogância e de clara e deliberada ofensa à FENPROF e aos 60 mil professores por ela representados, exige uma resposta – **clara, firme, e dura**.

Pelo que:

A AGS do SPGL, reunida em Lisboa, no dia 07 de novembro de 2017, **DECIDE:**

- 1.** Ratificar a adesão do SPGL à Greve e à Concentração Nacional de Professores marcadas para 15 de Novembro.
- 2.** Saudar a convergência na acção concretizada por todas as Organizações Sindicais de Professores, em torno da participação nas referidas Greve e Concentração, e do objectivo do

descongelamento efectivo da progressão na Carreira e da contagem integral do tempo de serviço prestado.

3. Frisar que a desejável unidade na acção, não poderá, em caso algum, significar o abandono, pela FENPROF, dos objectivos reivindicativos que lhe são próprios.
4. Recomendar à FENPROF que considere como objectivos prioritários da Acção Reivindicativa:
 - Descongelamento imediato da progressão nos Escalões e contagem integral do tempo de serviço prestado.
 - Derrota da tentativa de municipalização do Ensino Público.
 - Vinculação dos Professores contratados de acordo com a LGT.
5. Apoiar, por todos os meios ao alcance do SPGL, a Greve às actividades pseudo não lectivas e apelar a todos os Professores para que se empenhem na sua concretização.
6. Recomendar que, caso se mantenha o bloqueio negocial, seja realizada, ainda no 2º período, uma Consulta Democrática aos Professores sobre formas de continuação da Luta.

. Carlos Vasconcellos – sócio nº 21053
. António Melo – sócio nº 14719
. Leonor Vasco – sócia nº 45200
. José Duarte – sócio nº 44748